



Número: **0821261-30.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **24/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEMAR VITORIO DA SILVA (AUTOR)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
49716 498	08/10/2021 14:16	Petição	Petição
49717 400	08/10/2021 14:16	2652618_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_03	Outros Documentos
49717 401	08/10/2021 14:16	2652618_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_02	Outros Documentos
49717 403	08/10/2021 14:16	2652618_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos

ANEXO



BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: DOC / TED

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/01/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 675,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSEMAR VITORIO DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00737

CONTA: 000000081901-7

Nr. da Autenticação 975707A1F005F69F



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180028490 **Cidade:** Campina Grande **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: JOSEMAR VITORIO DA SILVA **Data do acidente:** 28/01/2017 **Seguradora:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO QUINTO QUIRODÁCTILO DIREITO

Descrição do exame médico pericial: SEM CICATRIZ. APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL COM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO DO QUINTO DEDO DA MÃO DIREITA NA EXTENSÃO DEFICIT DE 10 GRAUS.

Resultados terapêuticos: PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO NO DIA 28/01/2017, QUEDA; SENDO SOCORRIDO PELO SAMU AO HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE PB, ONDE FOI REALIZADO EXAMES DE IMAGENS CONSTATANDO A FRATURA DO QUINTO QDD. REALIZADO TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA NO DIA 29/01/2017.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do 5º quirodáctilo direito em grau médio.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 25/01/2018

Conduta mantida:

Observações: Indenização em grau médio do 5º quirodáctilo devido à limitação da mobilidade articular. Procedida avaliação médica na cidade de Campina Grande.

Médico examinador: Luciano Tulio Serafim Teixeira

CRM do médico: 7872

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dedos mão-Perda funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10 %	Em grau médio - 50 %	5%	R\$ 675,00
Total			5 %	R\$ 675,00

PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: JULIO O MOZES

CRM do médico: 20462

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n.º 08212613020198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEMAR VITORIO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA LESÃO NA MÃO DIREITA

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO LESÃO PREEXISTENTE

De acordo com o laudo pericial produzido, a autora apresentou lesão no 5º quirodáctilo da mão direita, que originou a apuração de invalidez parcial na MÃO DIREITA, no percentual de 50%.

Ocorre que a parte autora pleiteou administrativamente verba indenizatória DPVAT, cujo processo administrativo foi o autuado sob o **nº. 3180028490**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **28/01/2017**.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de 5º QUIRODACTILO DA MÃO DIREITA, **50%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO	
Número: 308000490	Cidade: Campina Grande
Vítima: JOSEMAR VITORIO DA SILVA	Data do acidente: 28/01/2017
Natureza: Invalidez Permanente	Seguradora: LIDER SEGUROS DENAS S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DO QUINTO QUIRODACTILO DIREITO

Descrição do exame médico pericial: SEM EXATIDÃO APRESENTA LIMITAÇÃO FUNCIONAL COM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO DO QUINTO DEDÃO DA MÃO DIREITA NA EXTENSÃO DEFICIT DE 10 GRAUS.

Resultados terapêuticos: PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA NO DIA 28/01/2017, QUEM, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU NO HOSPITAL DE TUBULINA DE CAMPINA GRANDE-PB, ONDE FOI REALIZADO EXAMES DE IMAGEM CONSTATANDO A FRATURA DO QUINTO DEDÃO. REALIZADO TRATAMENTO CONSERVADOR. ALTA NO DIA 29/01/2017.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do 5º quirodáctilo direito em grau médio.

Sequelas: Com sequelas

Data da perícia: 25/03/2018

Conclusão médica:

Observações: Indenização em grau médio do 5º quirodáctilo devido à limitação da mobilidade articular. Possível avaliação médica no estado de Campina Grande.

Médico examinador: Luciano Tullio Santiago Teixeira

CRM do médico: 7072

UF do CRM do médico: PB

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Dano médio-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos da mão direita	10 %	Sem grau médio - 50 %	0%	R\$ 075,00
		Total	5 %	R\$ 675,00

PRESTADOR

MEZES E SETHIAIMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: SUELIO O MEZES

CRM do médico: 20462

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

OBSERVE EXA., NÃO HÁ QUALQUER MENÇÃO NOS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS DE LESÃO NO 5º DEDO DA MÃO DIREITA!

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de lesão de outro sinistro sofrido pelo autor, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DA LESÃO NO PUNHO DIREITO

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial na **MÃO DIREITA É DE SINISTRO DIVERSO**, não cabendo qualquer indenização, e a do PUNHO DIREITO **corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidirá a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer a improcedência dos pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 6 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

